

A CONTRIBUIÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

ROSEMARY MENESES DOS SANTOS

Mestre em Educação pela Florida-Christian-University-FCU, Graduada em Pedagogia –UCB, Especialista em Libras-FACET, Educação Especial/Inclusiva-FAERPI, Formação de Professores para Educação a Distância-FAESPA e Educação Global, Inteligências Humanas e Construção da Cidadania-UNIFUTURO, rosemarymeneses2009@gmail.com;

MARIA DEUZIMAR DE CASTRO SILVA RODRIGUES

Mestre em Educação pela Florida Christian University, Graduada em Pedagogia-UFPI, Especialista em Ensino-Aprendizagem-UFPI, Gestão Escolar-ISEAF, Docência na Escola de Tempo Integral-UFPI e Educação Global, Inteligências Humanas e Construção da Cidadania-UNIFUTURO, d-castrosilva@hotmail.com;

MARIA DURCIANE OLIVEIRA BRITO

Mestranda em Ciências da Educação pela UTIC – PY; Graduada em Letras LIBRAS – UNIASSELVI; Graduada em Pedagogia – UFPI; Especialista em Libras - INTA; Especialista em Educação Infantil – ISEPRO; Especialista em Libras – UFPI, Especialista em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar - FIAR, durciane@hotmail.com;

HÉRICA TANHARA SOUZA DA COSTA

Graduada do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Delta do Parnaíba-UFDPAr; Pós-Graduada em Docência no Ensino Superior – FAVENI, hericasouza047@gmail.com;

RESUMO

O artigo mostra a importância que a educação tem na vida individual e social de seus discentes, capaz de lhe tornar um cidadão autônomo, conquistar seu espaço e romper barreiras diante de sua singularidade de ser. As escolas pensadas e organizadas para atender as diferenças de seus estudantes, é uma questão necessária, por acreditar-se que por meio da educação todos serão transformados, e ainda poderão mudar o que os cerca. A função do intérprete na educação dos surdos, é um tema a ser conhecido, por sentir a necessidade de colocar o sistema em reflexão, buscar alternativas de ensinamentos, a oportunidade de se tornarem protagonistas de seus conhecimentos. A pesquisa se propõe a mostrar a contribuição do intérprete de Libras na educação dos surdos. Portanto, utilizou-se uma pesquisa exploratória descritiva com abordagem qualitativa, tendo como plataforma de pesquisas o google Scholar, Ebooks, Scielo. Com a investigação, constatou-se, que a presença do intérprete de Libras nas escolas regulares do município de Parnaíba-PI, ainda é uma questão que precisa ser implantada, pois sua presença não é fato consolidado, deixando o ensino aos surdos sem condições de sua função na mediação das duas línguas do país, carências dos professores regentes em conhecer, aplicar e desenvolver metodologias, estratégias e recursos pedagógicos acessíveis às suas características de aprender. Em face disto, as escolas não são inclusivas ao surdo, tirando seus direitos de ter uma educação de qualidade e equidade, sendo urgente formações ao corpo escolar e profissional a fim de que dominem a Libras.

Palavras-chave: Ensino, Intérprete de Libras, Surdos, Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira nos últimos tempos, tem trazido diversas discussões em termos de como oferecer um ensino que possa suprir as particularidades de seus estudantes, no tocante às pessoas surdas. Por saber que as escolas estão a cada dia tendo número de matrícula bem maior de alunos surdos, os desafios estão sendo apresentados quanto à estrutura do espaço, recursos, metodologias, formação docente e outro profissional especializado segundo a necessidade do público inserido. Contudo, de acordo com a Constituição Federal 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, 9.394/96, Lei Brasileira de Inclusão - LBI - 13.146/2015, Lei 10.436/2002 e o Decreto 5.626/2005, assegura a Língua Brasileira de Sinais-Libras, como a forma de comunicação e expressão dos surdos. Aduzindo também, que a educação precisa ser igualitária quanto às oportunidades a todos (BRASIL, 2015).

Desta forma, o ensino aos surdos precisa respeitar suas particularidades, perpassando todas as etapas da Educação Básica, até ao nível superior. Sem mencionar que as questões históricas, linguística, sociais e culturais devem fazer parte do ato de ensinar, por saber-se que um ensino pautado em conhecimentos da vida dos alunos, contribui para instigar novas propostas na prática pedagógica do professor, da escola e dos demais profissionais da instituição envolvidos no processo. É sabido que cada aluno possui intrínsecas experiências de vida, que enriquecerão mais ainda quando se unirem a outras experiências diferentes da sua, tornando este compartilhamento em um mesmo espaço, uma educação inclusiva/bilíngue, por estarem fazendo uso das duas línguas importantes para o desempenho pessoal e social dos surdos; a Libras e o Português na modalidade escrita. Para Grassi, Zanoni & Valentin (2011), a Libras surge pela necessidade de estabelecer interação e comunicação entre os sujeitos surdos e a sociedade.

Sabendo da relevância que tem a comunicação entre as pessoas, a linguagem é um meio fundamental à comunicação do homem e a educação deve implicar diretamente na inserção de profissionais Intérpretes da Libras nas escolas, sendo estes agentes facilitadores da inclusão das pessoas surdas. Nestas questões, Glat (2018), reafirma que o mundo contemporâneo pertinente à inclusão de surdos, cultura surda, comunidade surda, pessoa surda-muda, ou apenas surda, deve ser abordado cotidianamente nas discussões sobre o ensino e a aprendizagem. Sobretudo, resta saber as

implicações que surgem com a ausência do intérprete de libras para mediar o ensino e que mudanças estão acontecendo com a legalização prática da lei 10.436/2002, decreto 5.626/2005, que regulamenta e implementa compromisso, responsabilidade dos órgãos governamentais, como também da sociedade civil em oferecer um espaço livre e sociável aos surdos, em especial a escola, dando a ele o direito de adquirir formação acadêmica de acordo com suas necessidades educacionais.

Considerando o exposto acima, a pesquisa traz discussões sobre o intérprete de libras e sua contribuição na educação dos surdos. Visando apresentar conhecimentos na perspectiva inclusiva com um olhar às diferenças, pois, as pessoas surdas não são de agora, sua existência vem ao longo do tempo e continuarão existindo. Com sua presença, é preciso pensar como a sociedade está se organizando para dar a eles a oportunidade de igualdade nos serviços educacionais do Brasil, capazes de uma participação melhor aceita pela sociedade com o uso de sua língua natural, rompendo crenças errôneas quanto as suas capacidades. Sem contar que como um cidadão, seus direitos legais de pessoa, precisam ser resguardados, assegurado a estes o direito à convivência, não à segregação, com acesso ao conhecimento imediato e contínuo junto aos demais cidadãos. Esta pesquisa traz como problema a ausência do intérprete de libras no processo de ensino e aprendizagem nas escolas da rede regular, pode prejudicar o processo de aprendizagem do aluno surdo?

Perante o problema, carece lembrar que as pessoas surdas trazem um histórico de exclusão educacional, principalmente as barreiras linguísticas na escola. Portanto, garantir o direito conquistado perante a lei 10.436/2002 em promover as aulas em sua própria língua é urgente. Deste modo, na sala de aula comum, a presença do intérprete de Libras contribui para um ensino mais acessível para alunos surdos; uma educação de qualidade para os surdos necessita de todas as ferramentas pedagógicas e humanas habilitadas em conhecer e saber utilizar a Libras para mediar a ação educativa, favorecendo o ensino e aprendizagem nas diversas etapas da educação. Brito (2010) os alunos surdos possuem o direito de serem ensinados na sua língua de sinais, com uma proposta bilíngue.

Observa-se, que trabalhar os desafios da educação inclusiva e o intérprete de Libras na escola regular, é relevante à educação nos seus diversos territórios, compreender que a educação vem passando por mudanças e nestas condições é urgente organizar-se para oferecer um ensino aberto às diferenças. Não construindo apenas a sua matrícula, mas que todo o espaço

se transforme para atender as necessidades educacionais dos alunos surdos. Para Quadros (2015), Albres e Saruta (2012), quando fala-se todos, significa que a escola desde seu quadro de servidores administrativos até os pedagógicos, terão a responsabilidade de buscar aprender e ofertar um ambiente inclusivo/bilíngue, tendo acessibilidade da Libras, por todos os funcionários que se fizerem presentes no recinto escolar. Com estas informações, a pesquisa tem como objetivo principal: mostrar a contribuição do intérprete de Libras na educação dos surdos.

Enaltecer a visão central e buscar respostas ao tema elencado, elaborou os objetivos específicos: conhecer como ocorre a inclusão e a função do interprete de libras na mediação dos conteúdos ministrados pelos professores para alunos surdos; descrever quais as implicações pedagógicas da ausência do intérprete de libras na educação dos alunos surdos e explicar a importância do intérprete de libras nos processos de ensino e aprendizagem. Neste alvo a ser atingindo, o trabalho se justifica por compreender que os surdos, como cidadão com habilidades e competências ao adquirir seus conhecimentos acadêmicos, precisa ser valorizado no âmbito escolar, tendo sua língua como parte dos trabalhos desenvolvidos nas práticas pedagógicas, com professores e intérpretes parceiros em buscar alternativas de ações acessíveis à sua distinção linguística, além de trazer para as aulas recursos compatíveis com a sua percepção de mundo.

Por esses motivos, justifica-se também, que a elaboração desse artigo tem o intuito de expandir informações à sociedade, da importância de uma educação que respeite a multiplicidade das diferenças, atenda as peculiaridades de seus alunos com recursos didáticos e humanos ao desenvolvimento educativo, mediado pela presença do intérprete de Libras junto ao professor regente da sala de aula comum, unindo experiências diferentes em prol de um objetivo só, a aprendizagem do Surdo e seu crescimento psicossocial. Assim, diante do problema, a pesquisa é do tipo exploratória descritiva, com abordagem qualitativa, onde descreveu cada etapa sem fazer uso numérico.

METODOLOGIA

A pesquisa se desenvolveu a partir de experiências de observações em cinco escolas do ensino regular da rede municipal da cidade de Parnaíba-PI. A observação “é um núcleo originário e privilegiado de pesquisa que visa obter conclusões a partir da experimentação” (CHIZZOTTI, 2018, s/p). Todo o procedimento de análises dos campos investigados, aconteceu durante

quatro meses em turnos manhã e tarde, tendo por semana dez horas, dividindo uma escola a cada dia, com duas horas por dia. Os pesquisadores fizeram uso de pesquisa exploratória descritiva, onde teve a finalidade de confrontar dados, segundo os olhares dos pesquisadores, além de fundamentar as informações coletadas com teóricos que desenvolvem pesquisas com descritores de inclusão, acessibilidade, formação inicial, continuada dos profissionais da educação, em específico ao intérprete e professor, materiais didáticos, políticas públicas, acessibilidade, interação e espaço escolar.

Para apresentar os dados colhidos, foi utilizada uma abordagem qualitativa. Esta escolha se deu por discussões dos investigadores, após refletirem e compreenderem que este tipo de abordagem, traz maior familiaridade com a proposta construída, além de relatar cada dado de maneira criteriosa sem fazer usos probabilísticos. Ao trabalhar com esta abordagem, os pesquisadores visaram não quantificar os dados encontrados, mas sim, buscar respostas que oportunizem compreender, interpretar e descrever os fatos. Deste modo, Proetti (2018), aduz que a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador manter contato direto e interativo com o objeto em estudo, diferente de quando se trabalha com a quantitativa, que exige um rigor a ser seguido.

Com este desvendar de saberes, a coleta foi estruturada em categorias, tendo para certificação de todo trabalho uma organização de acervos com o suporte teórico de Mantoan (2003, 2015), Quadros (2015), Skliar (2013), Kalatai & Streiechen (2013), Vasconcelos (2010), Glat (2018) entre outros que trazem contribuição à educação inclusiva dos surdos e ao intérprete da Língua de Sinais Brasileira-Libras. Além deste, traz-se também Proetti (2018) e Chizzotti (2018), ambos referentes à estrutura da organização metodológica da pesquisa científica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Muitas mudanças estão acontecendo no sistema educacional, especificamente em escolas que atendem alunos com necessidades educativas especiais. Pensar o homem e sua construção de cidadão pleno, é mostrar o quanto todos, sem distinção, possuem direitos que lhes garantem usufruir dos serviços ofertados pela sociedade; seja na escola, cinema, igreja, shopping entre outras. Diante deste enfoque, a atuação do intérprete de Libras e sua função mediadora no trabalho educativo, bem como as condições e aptidões profissionais que desempenha sua atividade, é o que nos instiga a conhecer a atuação do intérprete de Libras no espaço escolar do ensino

regular do município de Parnaíba. Na concepção de Martins (2016) quando se fala de inclusão para surdos nas escolas regulares, significa assegurar o direito de fazer parte de toda organização pedagógica, tendo nas dependências da instituição sua língua, a Libras e profissional, o intérprete para mediar o ensino e assim acontecer sua aprendizagem.

Desta maneira, analisando a realidade brasileira e seu sistema educacional, nota-se um índice crescente de escolas públicas e privadas, tendo em seu quadro estudantil, alunos surdos em diferentes níveis de escolarização. Neste sentido, as escolas observadas, possuem diversos desafios atender às exigências legais que determinam o acesso e a permanência do aluno na escola, observando suas singularidades com a presença do intérprete educacional em língua de sinais. O aluno tendo acesso ao conhecimento por meio de um profissional que conheça e tenha habilidades nas duas línguas a Libras e o Português, o ensino será melhor, além do elo que os professores regentes podem criar em prol de vislumbrar mecanismos de estratégias, recursos e proposta humanizadora no ambiente escolar e nas atividades a serem realizadas. Para Lelis Ribeiro (2020, p24) “as especificidades individuais, cada aluno necessita de estratégias pedagógicas que possibilitem seu acesso ao conhecimento e, estas estratégias precisam permear um projeto educacional e social que seja emancipatório”.

Neste sentido, as escolas precisam encontrar estratégias que viabilizem e meçam a interação que se constitui no seu interior com a busca de uma educação significativa e de qualidade para os surdos, além de mencionar a responsabilidade de todos. Foi perceptivo nos momentos, a carência de maior empenho no sentido de conhecimentos que disseminem o processo de aprendizagem dos alunos surdos, dando-os uma educação verdadeiramente inclusiva. Com o uso da língua de sinais para os surdos nas repartições internas da escola, Sacks (2010) contribui relatando, por meio da língua que entramos inteiramente em nossa cultura e estado humano, nos expressando livremente com nossos semelhantes, adquirindo e compartilhando informações.

Aferindo as leituras e os campos observados, a pesquisa se deslançou de maneira que os leitores de quaisquer áreas compreendessem a realidade das escolas públicas e sua responsabilidade de dar aos alunos uma educação que respeite as diferenças, e aqui o aluno surdo, que linguisticamente possui sua particularidade de aprender por meio da língua de sinais, os pesquisadores apresentam os dados adquiridos em forma de categorias. Desta forma, segue a primeira.

Educação inclusiva, surdos e o intérprete de Libras

A educação é um árduo exercício que solicita dos envolvidos dinamismo e empenho em promover a inclusão verdadeira, com transformações significativas em todas as escolas, de modo que possam acolher indistintamente, sem cometer discriminação por algumas características que difere o aluno surdo dos demais, pois o mesmo possui o direito de frequentar a escola nos diferentes níveis de ensino. Segundo os termos legais que rege a educação nacional, a Constituição Federal de 1988, o documento diz, no seu art. 205, que a educação é um direito de todos, e nesta perspectiva vivaz de dar à população o acesso, permanência e todo o aparato quanto às estruturas físicas, pedagógicas e humanas que o aluno surdo não pode ser negado o seu direito de usufruir, com as condições cabíveis às suas características de aprender (DO BRASIL, 1988).

São nestas concepções de vislumbrar uma educação funcional a todos, que Masutti, Moura; Campos e Vergamini (2011), traz em suas pesquisas que a educação é um trabalho que, para ser eficiente, não pode deixar de atender para os detalhes, para o específico, para o indivíduo. E quando se trata de uma educação inclusiva, é preciso que as escolas diante do contexto contemporâneo com alunos distintos em suas percepções de aprender, precisam refletir e analisar seus serviços educacionais para saber se estes estão sendo ofertados de maneira igualitária, dando a todos a possibilidade de ensino segundo cada comunidade. Oliveira (2012), diz que a educação inclusiva é aquela que se dispõe a modificar-se a dar respostas educativas a todos com diferenças individuais, não esquecendo que o aluno surdo, precisa de meios pedagógicos e humanos atentos às suas características, pois, a educação direcionada a eles, sempre foi vista e conduzida pela visão clínica da surdez, mas estas concepções precisam ser desmitificadas, trazendo para o contexto escolar novas formas de se fazer educação e esta seja inclusiva/Bilíngue, aberta às diferenças, com transformações dos espaços físicos e humanos, sensível à condição do outro.

A inclusão para surdos nas escolas do município de Parnaíba, ainda são caminhos a serem pensados e discutidos com todos os funcionários da escola, onde juntos possam perceber que o ensino que se diz inclusivo, em sua finalidade de promover a todos o que for necessário a participação do aluno surdo em sua totalidade, não é uma realidade praticada, necessitando de mudanças urgentes para considerá-las. Pois, sabe-se da importância que tem um trabalho pedagógico, pensado e elaborado para suprir as barreiras

que venham se apresentar dentro do ambiente escolar, com ações que envolvam seus diversos profissionais, deste modo a gestão administrativa, pedagógica, serviços gerais e professores se tornam essenciais ao processo de ensino e aprendizagem dos surdos. Entretanto, Mantoan (2003, p. 17), “o aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais, ele provoca uma crise escolar, busca ressignificar o ensino e as práticas pedagógicas dos professores”

E nestas crenças de saber o que oferecer no processo de ensinar, há necessidade de compreender que cada ação inclusiva para surdos, exige o uso da língua de sinais e do português no mesmo espaço, ambas são relevantes, mas quando unidas os resultados são mais significativos. Os pesquisadores em discussão de suas observações, apresentam que uma das escolas, possuía uma acompanhante pedagógica para um dos alunos surdos, sua função era de instrutora, mas algo nos chamou atenção em sua labuta diante do processo de ensino oferecido pela professora da turma: a transferência de responsabilidade da professora para a instrutora. Esta condição, aconteceu no decorrer de todas as aulas observadas. Com esta situação, o aluno não tinha acompanhamento do professor da sala. Diante desta negação de inclusão Muniz, Peixoto e De Freitas Madruga (2018) faz menção da necessidade que surge de um novo profissional, o Tradutor Intérprete da Libras (TILS) que muda a configuração e as relações dos sujeitos na sala.

Com esta situação ocorrida dentro da sala, como dizer que a inclusão está acontecendo, se o professor regente, que deve assumir a responsabilidade, acaba se eximindo de sua ação, deixando para a outra profissional a responsabilidade? Pois de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB de 1996, o professor titular deve ser responsável por seus alunos, não deixando de oportunizar a todos o que for necessário ao aprendizado. Conforme a concepção de Aranha (2000), a inclusão tem como base uma “filosofia” que abraça a heterogeneidade do corpo social, democratizando o acesso e oportunidades a todas as pessoas e grupos sociais, tornando-se causa da desmarginalização e agregação, em que o indivíduo com características peculiares seja aceito, fazendo parte de um todo na participação e interagindo de sua forma com todos ao seu redor, ou seja, incluir significa tornar alguém a fazer parte.

Claro que não se pode deixar de mencionar que a inclusão não está apenas sob o professor que deve conter uma bagagem metodológica e material para desenvolver neste aluno o processo de aprendizagem, mas, com o movimento pela inclusão se almeja a construção de uma sociedade

compromissada com as minorias, que valorize a diversidade humana, respeite a dignidade de cada indivíduo, a igualdade de direitos e oportunize o exercício da cidadania. Acreditar que a educação inclusiva não se faça apenas com atos legais, e sim com ações e relações realizadas na escola e na sociedade, para efetivar o compromisso de transformar nossa sociedade injusta e excludente, numa sociedade igualitária. (BORTOLETO; RODRIGUES; PALAMIN, 2003).

Quando nos reporta a discutir aqui a inclusão para surdos e a presença do intérprete de Libras, a primeira mudança fundamental a ser pensada nas escolas é buscar, junto ao órgão competente, trazer para dentro das ações pedagógicas das escolas, o intérprete para desempenhar o papel de mediador da língua portuguesa para Libras, por falta dos professores com habilidades em língua sinalizada. Estas carências provocam consequências inseparáveis na vida acadêmica do aluno. Sem contar a ação de promoção de um ano a outro do aluno sem ter domínio do que precisa no que se refere aos conhecimentos formais escolares necessários para avançar. Tais relatos, adquiridos pelos diversos profissionais das instituições, que acreditam que estes alunos, pelo fato de serem surdos, não podem ficar retidos na série. Olhem que gravidade tal ação. Nas palavras de Vitaliano, Dall'Acqua e Brochado (2010) eles reforçam que: a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular exige uma reforma geral na organização dos sistemas de ensino, em especial para o atendimento dos alunos surdos, com professores habilitados na Libras.

Se procurar nos documentos que falam da educação, seja ela inclusiva, especial e bilíngue, não há nenhum artigo, decreto, resolução ou outro documento que traga tais informações. Esta prática está acontecendo em todas as escolas observadas. Isso precisa mudar. Não se pode falar de inclusão se as pessoas que fazem parte do processo, não possuem conhecimento sobre o papel real da educação inclusiva. Comprova que as escolas regulares em sua maioria, não estão prontas, precisando de orientações e sentem-se obrigadas legalmente a receber e incluir o surdo. Contudo, enquanto esta concepção for a forma de inclusão, sem um preparo a mais do corpo docente, reorganização do seu currículo e metodologias de ensino, pode-se considerar que a inclusão ainda está longe de acontecer em sua totalidade. Para Kalatai e Streiechen “Visualizar uma escola plural, em que todos que a integram tenham a “possibilidade de libertação”, é pensar uma nova estrutura. Com currículo que rompa as barreiras sociais, políticas, econômicas e passe a tratar os sujeitos como cidadãos de uma cultura [...]” (2012, p. 11).

A inclusão requer da sociedade, apresentar serviços diferenciados, possibilitando aos seus participantes mecanismo de se sentir parte ativa do meio em que vive. A efetivação de escolas inclusivas traz inúmeros desafios, entre eles, a de inclusão do próprio intérprete. Para dos Santos, de Bruim Vieira & da Costa Vieira-Machado (2017), este é um obstáculo a ser enfrentado por intérpretes de sinais, professores, alunos surdos e direção das escolas. Nota-se, que essa dificuldade exige que os docentes da educação básica tenham uma formação que os capacite e lhes possibilite a trabalhar coletivamente, incluindo o intérprete.

A importância do intérprete de Libras nos processos de ensino e aprendizagem.

O intérprete de Libras é um profissional com habilidades na língua sinalizada e vice-versa, cuja função é interpretar uma língua. Deve exercer sua função primando pelos valores éticos, pelo rigor técnico, com respeito a pessoa humana e a cultura surda. Assim seu papel na educação, espera-se que seja fluente em Libras, trabalhe em consonância com o professor titular da sala tanto para o aprendizado dos alunos surdos, como também dos ouvintes. Para Santos (2012), aduz que o intérprete deve participar do planejamento, das atividades, da avaliação em colaboração com o professor, em prol de suprir as necessidades de procedimentos pedagógicos coerentes a atender a forma de aprender do surdo.

Nesta proposta, o intérprete também, deve fazer parte de reuniões e encontros pedagógicos junto à equipe e professores, unindo assim conhecimentos significativos ao bom andamento dos trabalhos escolares, que refletirá na aprendizagem do aluno surdo. Salienta-se que a escola deve reservar um tempo com o(s) intérprete(s) para discutir, dialogar e encontrar possibilidades de propostas que viabilizem o seu trabalho. Sabendo da construção de um novo espaço ao processo de ensino e aprendizagem tanto para alunos surdos como para ouvintes, que deixa-se nossa angústia enquanto pesquisadores o quanto as escolas da rede municipal de Parnaíba-PI, ainda não compreenderam que precisam transformar seu espaço em um recinto inclusivo/bilíngue, tendo no mesmo lugar as duas línguas e estas precisam ter o intérprete de Libras mediando o ensino, quando os professores não possuírem tais competências no trabalho com ambas as línguas.

Com esta comprovação entre a escola, professor e demais participantes do ambiente, precisam perceber a importância de ter em seu quadro

o intérprete de Libras junto aos serviços pedagógicos da instituição. Para assim não cometerem a exclusão do aluno surdo, em um ambiente que jamais deve acontecer tal ação. Na perspectiva de Girke (2018), a parceria dos personagens que compõem o ambiente escolar é fator fundamental para possibilitar ao aluno, métodos que tragam ao seu desenvolvimento, engrandecimento de saberes, além de dá-los, em tempo hábil, domínio de conhecimentos que irão contribuir para sua autonomia pessoal. Com esta visão, o ensino exige do sistema mudanças, modificando-os segundo as especificidades de seu alunado, abrindo um link de coletividade, mantendo um vínculo entre a escola e esse profissional, visando um bom direcionamento das atividades de ensino e aprendizagem.

Diante da diversidade de meios existentes para ofertar uma educação digna, com qualidade e equidade aos surdos, muitos são os meios que podem desvendar saberes, colocando como protagonista na construção de conhecimentos os próprios alunos. Mantoan (2015) afirma que, para acontecer, o professor deve estar aberto a aprender e que este aprender possa aceitar que sua ausência de conhecimento da língua materna do surdo acarretará prejuízos, e o que seria mais viável é utilizar em sua praxe conhecimentos linguísticos de ambas as línguas do país, onde elas estariam sendo praticadas concomitantemente em sala de aula, através de um profissional preparado para esta viabilização de mediar o conhecimento em Libras, que será o intérprete. Porém, mesmo colocando aqui a relevância deste profissional, das escolas investigadas, apenas uma, tinha uma pedagoga fazendo o trabalho de instrutora, as outras estão carentes do profissional especializado na interpretação e nas práticas utilizadas para turma era a modalizada oralizada, com materiais visuais escassos, onde as aulas em sua quase totalidade eram apenas o livro didático e escrita no quadro branco.

A educação dos surdos, é um caminho ainda desconhecido por vários profissionais atuantes nas classes de aula comum, na qual, a ausência de conhecimentos em como instruir o ensino voltado aos surdos, impede o desenvolvimento igualitário, trazendo sérias consequências à aprendizagem dos alunos surdos. Ao inserir um aluno, e este, com limitação sensorial, a gestão e sua equipe pedagógica devem informar ao seu quadro de professores, principalmente a quem vai trabalhar diretamente com este aluno a sua diferença linguística. Considerando ainda, que este irá necessitar de outras formas de acessibilidade didáticas, práxis diferenciadas e recurso humano mais dinâmico e afetivo. Com isso, de Albres (2010) corrobora que, quando a escola tem a presença do intérprete, ele diante de seus conhecimentos

pode explicar ao professor as especificidades linguísticas, as dificuldades do aluno surdo diante de sua percepção de mundo e de aquisição da aprendizagem, não deixando apenas para a coordenação pedagógica a função de avisar e orientar os professores.

São, justamente, essas discussões que devem acontecer nas escolas, para assim, buscarem alternativas de trazerem um trabalho didático que respeite as diferenças. Além disso, buscar junto à Secretaria de Educação, por intermédio da Diretoria da Educação

Especial, estratégias de como resolver a ausência do intérprete nas salas de aulas que possui surdos. A presença desse profissional deve ser uma condição natural, sempre que tiver um surdo na escola. O ensino como meio de engrandecer e viabilizar no homem as oportunidades de adquirir e dominar os conhecimentos do mundo e, segundo suas necessidades, tornar-se um ser pleno de saberes. Palma (2012), reforça que é preciso respeitar as diferenças ao pluralismo, capaz de encontrar respostas, resolver seus problemas a partir de seu aprendizado construído ao longo de sua vida escolar e experiências cotidianas, que a parceria de todos que estão neste ambiente é fundamental, pois o ensino de libras e a intervenção do intérprete no mesmo local, ambos serão agraciados com experiências ricas de culturas distintas, em que uma complementar a outra. Onde nenhuma eliminará o papel individual que cada uma possui para a formação humana dos estudantes.

Com um novo olhar do direito à educação inclusiva, com serviços de união entre os componentes da instituição escolar, a Lei Brasileira Inclusiva, em seu capítulo IV, inciso V, corrobora da seguinte forma; “adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino” (Civil, 2015). Fica nítido, o quão é importantíssimo um trabalho coletivo que valorize o aluno e suas distinções de aprender e apreender.

Com a colaboração de todos, em especial, o professor com a ajuda do Intérprete de Libras o trabalho pedagógico se tornará mais acessível, possibilitando ao aluno as condições de adquirir o conhecimento na sua língua, sem contar as oportunidades de vivenciar novas experiências, promovendo um ensino-aprendizagem com aquisição de duas línguas, o português e a Libras. O professor titular e o intérprete serão corresponsáveis pela aprendizagem segundo suas especialidades. Como aduz Lacerda e Santos, (2014), a escola, quando adaptada para o aluno surdo, respeita a sua diferença e faz

esforços para inseri-lo nas atividades da vida diária que são transmitidas pela audição.

Contudo, a Libras não seria e não é específica somente a pessoa com surda, ela abre possibilidades a todos que desejem aprender, conscientizando os ouvintes sobre a importância da comunicação, quebrando barreiras entre discentes surdos e ouvintes, professor e surdos. Por esse e outros desafios, é imprescindível a presença de um intérprete para auxiliar no processo de ensino. No entanto, Sacks (2010) ratifica que a Libras aparece como um elemento facilitador na relação pedagógica, além de representar uma conquista para os surdos, sua língua é um estímulo para novas conquistas e ampliação dos horizontes para surdos e ouvintes. O respeito a esta língua é a forma mais próxima da natureza do indivíduo surdo. Preservá-la como meio de expressão da comunidade surda é possibilitar que diversas pessoas se apropriem e internalizem conhecimentos, modos de ação, papéis e funções sociais que sem a existência desta língua eles jamais poderiam acessar a vida de maneira digna.

Nesta vertente, para que o papel do intérprete exista na contribuição do ensino, ele precisa estar presente na sala de aula, corroborando da melhor maneira possível no ato de educar. Atualmente, a educação vem trazendo desafios ainda não superados no espaço escolar. Discussões nesta área têm mostrado e comprovado inadequação do sistema de ensino regular aos alunos surdos, apontando necessidades de se implantar urgentemente, medidas que proporcionem o pleno desenvolvimento desses sujeitos. Esta realidade foi constatada nas escolas com a não presença do intérprete, no qual o ensino fica falho, não apenas pela falta do profissional, mas também pela prática dos professores estarem direcionadas à primeira forma de ensino oferecido aos surdos em séculos passados, a modalidade oralizada. Para Fernandes (2012), por serem cidadãos brasileiros, sua inclusão social depende do respeito à sua singularidade linguística, manifestada pelo uso irrestrito da língua de sinais e pela organização das diferentes instâncias sociais, como destaque à escola, para possibilitar-lhes o aprendizado da língua portuguesa.

Outra questão a ser apresentada é inserir nas propostas escolares a disciplina de Libras, obrigatória na grade curricular, em todos os níveis de ensino. Principalmente da Educação Básica, pois ela estando desde cedo no ensino regular das escolas públicas, a inclusão dos surdos será natural, onde todos exercerão as duas línguas reconhecidas pelos pais, com os professores sabendo lidar com a diversidade e que o intérprete também atuando no

âmbito escolar para auxiliar sempre que possível a falta do professor em não poder fazer a interpretação. Para Albres e Saruta (2012), a organização do currículo com a Libras como disciplina só pode ser implantada se a sociedade compreender que o surdo um cidadão e como tal, precisa ter em sua base de desenvolvimento a sua língua desde a infância, com um contexto rodeado de estímulos e pessoas falantes em Libras.

É neste conjunto de saber que diante do sistema educacional o surdo é um aluno que precisa ter a Libras junto ao português no mesmo espaço. E as escolas da rede municipal de Parnaíba-PI, estão cometendo ações discriminatórias, em que o aluno surdo, que tanto precisa da contribuição do intérprete, não está tendo a oportunidade de acesso ao profissional de apoio ao processo de ensino acoplado à função docente. Ressalta-se, que a função do intérprete não é de ensinar o aluno, mas não lhe tira a responsabilidade de instruí-lo se assim for necessário. Pois na maior parte das atividades, é nele que o aluno acredita e espera dele tal ensinamento. Para Alves, Alves & de Paula Ferreira (2010), colabora que se faz relevante que as escolas tenham esse serviço, com profissionais habilitados em língua de sinais, para acontecer a inclusão nas salas comuns com alunos surdos, sem contar que a gestão e sua equipe devem se preocupar em buscar meios para beneficiar sua participação e aprendizagem.

O intérprete educacional em libras veio com a criação da lei 10.436/2002, que reconheceu a língua de sinais como um mecanismo importante na sala de aula e nos contextos internos da escola. Ele tornou-se um profissional que traz conhecimentos desconhecidos pela maior parte dos integrantes escolares (SILVA, 2013). O profissional surge nos espaços educacionais a partir da demanda de surdos nos ambientes formais de ensino e sua atuação só veio a contribuir no cotidiano da prática escolar. Ratifica-se, a legalidade é apenas uma obrigatoriedade para ser cumprida, que não haveria necessidade se tivémos consciência do ser cidadão surdo na sociedade brasileira. Esta empatia precisa ser despertada no âmbito escolar, desde a gestão que matricula, elabora e organiza o projeto pedagógico até toda comunidade que precisa conhecer e aprender a conviver com as diferenças linguísticas de seus alunos surdos.

Para Perlin e Strobel (2006) a educação de surdos é um processo coe-rente com a necessidade de habilidades e competências, face à necessidade do sujeito surdo posicionar-se frente às diferentes culturas e suas peculiaridades. Percebendo a educação e seus desafios de implementar metodologias e que estas venham possibilitar as pessoas com surdez a oportunidade de

descobrir suas habilidades, que por muito tempo os alunos surdos sofreram pela ausência de comunicação entre o aprendiz e o professor, sem deixar de mencionar a falta do intérprete de libras também, comprometendo o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, interação e demais aspectos necessários à vida deste aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à educação é fato. Não pode e não deve ser tirada dos cidadãos. O que vemos na prática, são escolas que se dizem “inclusivas” por acreditarem que pelo simples motivo de possuir um surdo inserido em sua sala de aula já exercem seu papel de inclusão. Entretanto essas instituições não contam com uma equipe profissional especializada, como: professores com habilidades em língua de sinais, intérpretes de Libras, métodos e estratégias específicas para estes alunos. Por fim, coloca-se em reflexão o ensino e a aprendizagem desses educandos. Realmente o fato da escola estar com o surdo em seu meio já é inclusão?

Outra necessidade marcante aos ensinamentos dos alunos surdos, encontra-se dentro de atividades extraclasse, tais como sala de computação, bibliotecas, secretaria, refeitório, coordenação, direção, quando esse aluno precisa e não é atendido por não ter o profissional habilitado a mediar o diálogo nestas repartições. A comunicação dos estudantes surdos em outros setores da escola, é essencial o intérprete educacional, para que a inclusão do surdo seja efetivada. Em todas as discussões, são vários os motivos mostrados que corroboram na concepção da presença do intérprete de libras no âmbito escolar.

Para tanto, deve-se analisar como este aluno está incluído na escola, se esta atende a todas as suas necessidades, se há oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento dentro desse espaço educacional. Diante destes conhecimentos, demonstram que, no que se refere à inclusão da pessoa surda, seus direitos à educação plena, ainda não são respeitados, uma vez que suas condições culturais e linguísticas não são atendidas, ficando à margem dos processos de ensino e aprendizagem.

É perceptiva a necessidade de utilizar práxis que venham contribuir com a vida dos alunos que possuem surdez no espaço escolar. No entanto, para trabalhar a instrução, o acesso e permanência dos surdos, precisa-se fazer reflexão de todo um sistema, e que este deva ser verificado minuciosamente, com critérios de valorização e respeito às diferenças. Contudo,

perceber o diferente, não significa considerar este aluno incapaz, pois são as diferenças que nos movem a tornarmos-nos indivíduos únicos, com características distintas uns dos outros.

Com tanta diversidade de ser diferente segundo as concepções da sociedade, o surdo deve ser auxiliado no âmbito escolar por um intérprete de Libras, justamente por este espaço não ofertar profissionais habilitados a desenvolver os meios essenciais a sua acessibilidade linguísticas de se comunicar e desenvolver-se a partir dos conhecimentos do seu idioma. O direito à diferença, ao pluralismo e tolerância, garante às pessoas surdas, em todas as modalidades e etapas da educação básica nas redes públicas e privadas do município de Parnaíba-PI, o uso da língua de sinais brasileira, a condição de reconhecimento nativo das pessoas surdas. A presença do intérprete educacional, é um recurso humano favorável a ajudar na mediação da construção do saber.

Pode se concluir que é urgente o rompimento da escola, seus paradigmas, suas concepções de atuações tradicionais, emergindo conhecimentos inovadores por partes de seus profissionais da educação com visão não segregacionista, mas inclusiva, com percepções diferentes de atividades já existentes, tendo um novo entendimento e a aceitação de que para trabalhar e incluir, faz-se necessário desenvolver todas as suas dimensões, eliminar as barreiras que impedem os alunos surdos a alcançarem sua linguagem, sendo ela a base da interação de surdos com os outros surdos e ouvintes.

As transformações político-educacionais derivam, quase em sua totalidade, de como estamos vendo a diferença, cujo objetivo está no respeito à identidade e à diferença. Nesse contexto o cotidiano social, deve promover a cidadania das minorias culturais, raciais, religiosas e das pessoas com surdez por meio de leis que garantam sua participação social. Sem esquecer que não basta ter leis, mas que elas sejam colocadas em prática em todos os segmentos e serviços da sociedade.

Quando este espaço não estiver acessível aos surdos com a utilização da libras, que os meios legais possam desempenhar alguma fiscalização, com objetivo de conscientizar e realizar movimentos educacionais aos integrantes destes ambientes, em prol de dá-lhes conhecimento de que ser surdo não os diferencia das outras pessoas, tornando-os seres incapazes de ser e ter vez de exercer sua cidadania. Espera-se que estas discussões possam implantar reflexões que traga a educação brasileira um novo desvendar de se fazer educação para todos.

REFERÊNCIAS

ALBRES, N. D. A., & SARUTA, M. V. (2012). Programa curricular de língua brasileira de sinais para surdos. **São Paulo: IST.**

Alvez, C. B., Alvez, C. B., & de Paula Ferreira, J. (2010). **Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez.** MEC, Secretaria de Educação Especial.

Aranha, M. S. F. (2000). Inclusão social e municipalização. **Educação especial: temas atuais**, 1-10.

Bortoleto, R. H., Rodrigues, O. M. P. R., & Palamin, M. E. G. (2003). Inclusão escolar enquanto prática na vida acadêmica de portadores de deficiência auditiva. **Revista Espaço**, 47-52.

Brito, L. F. (2010). **Por uma gramática de línguas de sinais.** TB-Edições Tempo Brasileiro.

Civil, C. (2015). Lei Nº 13.146, de 6 de julho 2015. **Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência).** Brasília.

Chizzotti, A. (2018). **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** Cortez editora.

de Aquino Albres, N. (2010). Mesclagem de voz e tipos de discursos no processo de interpretação da lingual de sinais para o português oral. **Cadernos de tradução**, 2(26), 291-306.

do Brasil, S. F. (1988). Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.**

dos Santos, J. C. C., de Bruim Vieira, E. T., & da Costa Vieira-Machado, L. M. (2017). Inclusão de surdos: práticas cotidianas no CAS e atuação do intérprete de Libras-Português como intelectual específico. **Revista Espaço**, (48).

Fernandes, S. (2012). O QUE OS SURDOS ADULTOS TÊM A DIZER AOS PAIS DE CRIANÇAS SURDAS?. Girke, CA (2018). Atuação e papéis do intérprete educacional de Língua de Sinais GLAT, R. (2018). Desconstruindo Representações Sociais:

por uma Cultura de Colaboração para Inclusão Escolar1. **Revista Brasileira de Educação Especial**, **24**, 9-20.

Grassi, D., Zanoni, G. G., & Valentin, S. M. L. (2011). Língua Brasileira de Sinais: aspectos linguísticos e culturais. **Trama**, **7**(14), 57-68.

LACERDA, C. B. F. D. (2014). SANTOS, Lara Ferreira dos. CAETANO, Juliana Fonseca. **Estratégias Metodológicas para o Ensino de Alunos Surdos**. IN LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. SANTOS, Lara Ferreira dos.(Orgs.). **Tenho um aluno Surdo, e agora**, 185-200.

Lelis Ribeiro, L. (2020). O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Kalatai, P., & STREIECHEN, E. M. (2012). As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil. **Irati, PR: UNIVERISIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DE IRATI**

Mantoan, M. T. E. (2015). **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. Summus Editorial.

Mantoan, M. T. E.. (2003). Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. **Educação**, **49**, 127-135.

Martins, L. M. D. S. M. (2016). **Práticas e formação docente na UFRN com vistas à inclusão de estudantes cegos** (Master's thesis, Brasil).

Masutti, M. L., Moura, M. C., Campos, S. R. L., & Vergamini, S. A. A. (2011). Políticas linguísticas: o português como a segunda língua dos surdos. **Moura, MC; Campos, SRL; Vergamini, SAA Educação para surdos: práticas e perspectivas II. São Paulo: Santos**, 49-63.

Muniz, S. C. S., Peixoto, J. L. B., & de Freitas Madruga, Z. E. (2018). Desafios na inclusão de surdos na aula de matemática. **Revista Cocar**, **12**(23), 215-239.

Oliveira, F. B. (2012). Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras. **Revista Diálogos & Saberes**, **8**(1).

Paim, P. (2015). Estatuto da Pessoa com deficiência. Palma, N. O. (2012). LIBRAS instrumento de inclusão escolar do aluno surdo. **Monografia de Lato Sensu.**,

Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-graduação. São Joaquim, Brasil.

Perlin, G., & Strobel, K. (2006). Fundamentos da educação de surdos. **Florianópolis: UFSC.**

SANTOS, O. P. (2012). **Sinalizações de um professor surdo: a interpretação de Libras como processo de retextualização** (Master's thesis, UEPA).

Proetti, S. (2018). As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen-ISSN: 2447-8717, 2(4).**

Sacks, O. (2010). **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.** Editora Companhia das Letras.

Silva, K. M. D. S. C. (2013). **Intérprete de língua de sinais: um estudo sobre suas concepções de prática profissional junto a estudantes surdos** (Master's thesis, UFU).

VITALIANO, C. R., DALL'ACQUA, M. J. C., & BROCHADO, S. M. D. (2010). Língua Brasileira de Sinais nos currículos dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas dos Estados do Paraná e de São Paulo: caracterização da disciplina. Londrina: EDUEL.